

PROCESSO Nº 0801473-31.2020.4.05.8400 - APELAÇÃO CÍVEL

ORIGEM: 5ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

APELANTE(S): JMT SERVICOS DE LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA

ADVOGADO(A): VANILDO CUNHA FAUSTO DE MEDEIROS

APELADO(A)(S): UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

PROCURADOR(A): RICARDO FALCAO MACIEL

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ALEXANDRE LUNA FREIRE - 1ª TURMA

RELATÓRIO

O Exmo. Desembargador Federal Alexandre Luna Freire (Relator):

Trata-se de Apelação em face de **Sentença** proferida pelo Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, que denegou a Segurança em que a Impetrante pretende "*provimento jurisdicional que lhe assegure o direito de arrecadar as contribuições para fiscais (INCRA, SEBRAE, APEX, ABDI, SESI, SENAI, SESC, SENAC, SENAT - e salário educação) com salário de contribuição (base de cálculo) limitada ao máximo de 20 (vinte) vezes o valor do salário mínimo vigente, consoante limitação imposta pelo art. 4º, parágrafo único da Lei nº 6.950/1981, suspendendo-se, nos termos do art. 151, inciso IV, do CTN, a exigibilidade dos débitos vincendos que vierem a deixar de ser recolhidos*".

O(a) **Impetrante** interpôs **Recurso de Apelação**, pugnando pela **reforma** da **Sentença**, alegando o seguinte:

"(...) Ocorre que, com a devida vênia, o entendimento esposado pelo Juízo de primeira instância não corrobora com os fundamentos trazidos à análise.

Para tanto, rememore-se o que dispõe a legislação acerca da limitação do salário de contribuição (base de cálculo) das contribuições para fiscais.

A Lei nº 6.950/1981 estabeleceu em seu art. 4º, parágrafo único, estabeleceu limite máximo ao salário de contribuição, correspondente a 20 (vinte) vezes o valor do salário mínimo vigente, limitação que se aplica, inclusive, às contribuições para fiscais arrecadadas por conta de terceiros.

(...)

Em 1986, o Decreto Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, dispôs em seu art. 3º que a contribuição da empresa para a previdência social, o salário de contribuição não está sujeito ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pelo [art. 4º da Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981](#). Confira-se:

Art 3º Para efeito do cálculo da contribuição da empresa para a previdência social, o salário de contribuição não está sujeito ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pelo [art. 4º da Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981](#).

Dessa forma, merece reforma o r. entendimento esposado na sentença, posto que a apelante não requereu, in casu, a limitação da base de cálculo das contribuições previdenciárias, como entendeu o Juízo de primeira instância.

Inclusive, para que não parem dúvidas, lembraremos agora as contribuições para fiscais afetadas pela limitação sobredita.

6.2. Da base de cálculo da contribuição recolhida ao SEBRAE

Como visto em linhas pretéritas, o art. 8º, §3º, da Lei nº 8.029/90 definiu a base de cálculo da CIDE recolhida em benefício do Sebrae:

Art. 8º É o Poder Executivo autorizado a desvincular, da Administração Pública Federal, o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEBRAE, mediante sua transformação em serviço social autônomo.

()

§ 3º Para atender à execução das políticas de apoio às micro e às pequenas empresas, de promoção de exportações, de desenvolvimento industrial e de promoção do setor museal, fica instituído adicional às alíquotas das contribuições sociais relativas às entidades de que trata o [art. 1º do Decreto-Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986](#), de:

a) um décimo por cento no exercício de 1991;

b) dois décimos por cento em 1992; e

c) três décimos por cento a partir de 1993.

6.3. Da base de cálculo da contribuição recolhida ao INCRA

No caso da contribuição ao Incra, tal previsão fora originariamente prevista pela promulgação da Lei nº 2.631/55, com o objetivo de financiar o Serviço Social Rural. Houve demasiadas alterações legislativas, findando na estipulação da base de cálculo com o art. 15, II, da LC nº 11/71:

Art. 15. Os recursos para o custeio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural provirão das seguintes fontes:

()

II - da contribuição de que trata o [art. 3º do Decreto-lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970](#)[1], a qual fica elevada para 2,6% (dois e seis décimos por cento), cabendo 2,4% (dois e quatro décimos por cento) ao FUNRURAL.

6.4. Da base de cálculo do salário-educação

A contribuição relativa ao salário-educação foi instituída pelo art. 212, § 5º da Constituição Federal. Por sua vez, base de cálculo da mencionada contribuição foi estabelecida pelo art. 15 da Lei nº 9.424/96, da seguinte forma:

Art 15. O Salário-Educação, previsto no art. 212, § 5º, da Constituição Federal e devido pelas empresas, na forma em que vier a ser disposto em regulamento, é calculado com base na alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o total de remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, assim definidos no art. 12, inciso I, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

6.5. Da base de cálculo das contribuições recolhida ao SEST e SENAT:

Conforme disposto na Lei nº 8.706/1993, o Serviço Social de Transporte - SEST e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, têm atribuição legal a de atuar, respectivamente, na promoção social e na aprendizagem do trabalhador em transporte rodoviário e do transportador autônomo.

A arrecadação das contribuições que lhes são devidas, se faz perante as empresas de transporte rodoviário, incidentes sobre o montante da remuneração paga a todos os seus empregados e dos transportadores autônomos, em substituição às contribuições até então devidas ao SESI, SENAI, SESC e SENAC, na forma estabelecida pelo art. 7º da Lei 8.706/1993, o qual assim dispõe:

Art. 7º As rendas para manutenção do Sest e do Senat, a partir de 1º de janeiro de 1994, serão compostas:

I - pelas atuais contribuições compulsórias das empresas de transporte rodoviário, calculadas sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados e recolhidas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, em favor do Serviço Social da Indústria - SESI, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, que passarão a ser recolhidas em favor do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, respectivamente;

II - pela contribuição mensal compulsória dos transportadores autônomos equivalente a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), e 1,0% (um inteiro por cento), respectivamente, do salário de contribuição previdenciária;

(...)

Pois bem, considerado a fundamentação legal acima referenciada, bem como o posicionamento pacífico emanado pelo E. STJ, constata-se que o apelado age em desacordo com as limitações, quando deixa de observar o limite máximo do salário de contribuição (base de cálculo) das contribuições para fiscais arrecadadas por conta de terceiros.

7. Do requerimento.

Diante do exposto, vem a Recorrente, mui respeitosamente, por intermédio dos seus advogados que ao final assinam, à presença desta Corte, requerer que se dignem em:

a) reforma a sentença vergastada para o fim de conceder a segurança pleiteada na exordial, no sentido de permitir que a Impetrante realize a arrecadação das contribuições para fiscais (INCRA, SEBRAE, APEX, ABDI, SESI, SENAI, SESC, SENAC, SENAT - e salário educação) com salário de contribuição (base de cálculo) limitada ao máximo de 20 (vinte) vezes o valor do salário mínimo vigente, consoante limitação imposta pelo art. 4º, parágrafo único da Lei nº 6.950/1981, suspendendo-se, nos termos do art. 151, inciso IV, do CTN, a exigibilidade dos débitos vincendos que vierem a deixar de ser recolhidos;

b) condenar a União Federal ao apagamento de honorários sucumbenciais observada a metodologia do art. 85, § 3º, do CPC.^[1]

As Contrarrazões foram no sentido do Desprovemento do Recurso.

Consta da **Sentença**:

"(...)Analisando o caso, constato que a pretensão da empresa impetrante não merece ser acolhida.

Isso porque o dispositivo legal que previa a limitação da base de cálculo a 20 (vinte) salários mínimos (artigo 4º da Lei nº 6.950/81) foi expressamente revogado pelo artigo 3º do Decreto-Lei nº 2.318/86. Para melhor compreensão da matéria, transcrevo os preceitos normativos em alusão:

Lei nº 6.950/81:

Art 4º - O limite máximo do salário-de-contribuição, previsto no [art. 5º da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976](#), é fixado em valor correspondente a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Parágrafo único - O limite a que se refere o presente artigo aplica-se às contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros.

Decreto-lei nº 2.318/86

Art 3º Para efeito do cálculo da contribuição da empresa para a previdência social, o salário de contribuição não está sujeito ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pelo [art. 4º da Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981](#).

E nem se argumente, como pretende o impetrante, que a revogação alcançou apenas o caput do artigo 4º da Lei nº 6.950/81, porquanto não há como admitir que o parágrafo subsista quando a norma principal foi extinta. Afinal, é lição básica de hermenêutica que o parágrafo constitui norma acessória, destinada a explicar ou excepcionar a disposição principal contida no caput, não havendo como admitir sua existência dissociada do artigo correspondente.

É exatamente nessa linha intelectual que se posiciona a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

(...)

Destarte, a improcedência do feito é medida que se impõe.

III - DISPOSITIVO

*Posto isso, **denego a segurança pleiteada.***

Custas na forma da Lei.

Sem honorários sucumbenciais (art. 25, da Lei n.º 12.016/2009 e Súmulas 512/STF e 105/STJ.).

Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Registre-se. Intimem-se.

MONIKY MAYARA COSTA FONSECA - Magistrado^[2]

É o Relatório.

[1]"1. Da tempestividade

Inicialmente, verifiquemos a tempestividade do presente recurso. Para tanto, eis a redação do art. 1.003, § 5º do Código de Processo Civil - CPC:

Art. 1.003. O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão.

(...) § 5º Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

No caso sob análise, a sentença foi proferida em 30/04/2020, tendo sido realizada a intimação do apelante, no sistema PJe, em 11/05/2020. O sistema registrou ciência desta Apelante em 12/05/2020, de modo que o prazo para interposição do recurso, consoante consta no próprio sistema, vai até o dia 01/06/2020:

Desta feita, observando o disposto no art. 1.026 do CPC, tem-se que o presente recurso de apelação está sendo interposto tempestivamente.

2. Do recolhimento das custas.

Apresenta em anexo comprovante de recolhimento das custas processuais.

3. Da atribuição do efeito suspensivo.

O prosseguimento do feito poderá ocasionar danos de ordem material à parte recorrente, conforme se constatará na análise da fundamentação a seguir.

Assim, necessário se faz que esta C. Corte atribua efeito suspensivo ao presente recurso, para que fiquem suspensas as determinações contidas na r. sentença ora vergastada.

4. Síntese da demanda.

A empresa Recorrente, JMT SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, já amplamente qualificada, impetrou Mandado de Segurança contra o ato do Delegado da Receita Federal, objetivando provimento jurisdicional que lhe assegure o direito de arrecadação das contribuições parafiscais (INCRA, SEBRAE, APEX, ABDI, SESI, SENAI, SESC, SENAC, SENAT - e salário educação) com salário de contribuição (base de cálculo) limitada ao máximo de 20 (vinte) vezes o valor do salário mínimo vigente, consoante limitação imposta pelo art. 4º, parágrafo único da Lei nº 6.950/1981.

Foi proferida decisão interlocutória que indeferiu o pedido liminar formulado.

nas suas informações, a autoridade coatora defendeu que não há qualquer ilegalidade com relação aos atos praticados quanto à não limitação da base de cálculo das contribuições parafiscais, requerendo, no final, a denegação da segurança.

5. Da sentença proferida pelo Juízo de 1º Grau.

Após o regular andamento do presente feito, o Juízo a quo proferiu sentença, na qual consignou o seguinte:

(...) II- FUNDAMENTAÇÃO

Analisando o caso, constato que a pretensão da empresa impetrante não merece ser acolhida.

Isso porque o dispositivo legal que previa a limitação da base de cálculo a 20 (vinte) salários mínimos (artigo 4º da Lei nº 6.950/81) foi expressamente revogado pelo artigo 3º do Decreto-Lei nº 2.318/86. Para melhor compreensão da matéria, transcrevo os preceitos normativos em alusão:

Lei nº 6.950/81:

Art 4º - O limite máximo do salário-de-contribuição, previsto no art. 5º da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, é fixado em valor correspondente a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Parágrafo único - O limite a que se refere o presente artigo aplica-se às contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros.

Decreto-lei nº 2.318/86

Art 3º Para efeito do cálculo da contribuição da empresa para a previdência social, o salário de contribuição não está sujeito ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pelo art. 4º da Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981.

E nem se argumente, como pretende o impetrante, que a revogação alcançou apenas o caput do artigo 4º da Lei nº 6.950/81, porquanto não há como admitir que o parágrafo subsista quando a norma principal foi extinta. Afinal, é lição básica de hermenêutica que o parágrafo constitui norma acessória, destinada a explicar ou excepcionar a disposição principal contida no caput, não havendo como admitir sua existência dissociada do artigo correspondente.

É exatamente nessa linha intelectual que se posiciona a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Confira-se:

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÕES AO INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE e FNDE. ART. 4º DA LEI Nº 6.950/1981. LIMITE MÁXIMO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. REVOGAÇÃO EXPRESSA PELO DECRETO Nº 2.138/1986. DESPROVIMENTO DO APELO.

1. Cuida-se de apelação em face de sentença denegatória, proferida em sede de mandado de segurança, impetrado com o fito de suspender a exigibilidade do crédito tributário referente às Contribuições de Terceiros (contribuições ao INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE e FNDE - Salário-Educação), no que exceder a base de cálculo de vinte salários-mínimos, nos termos do disposto no artigo 4º da Lei nº 6.950/1981.

2. Não merece prosperar a irresignação do contribuinte, dado que o legislador do Decreto-lei nº 2.318, de 30.12.1986, cuidou de revogar expressamente o teto limite de incidência da contribuição em apreço. É dizer: revogou a disposição normativa que limitava a contribuição da empresa ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pela Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981.

3. A bem da verdade, a interpretação sistemática dos artigos 1º e 3º, do apontado Decreto-lei, não deixa dúvida de que a intenção do legislador foi mesmo a de extinguir, tanto para a contribuição da empresa, quanto para as contribuições em favor de terceiros, o limite de vinte vezes o valor do salário mínimo, passando, as ditas contribuições, a incidirem sobre o total da folha de salários, decorrendo daí a legalidade da cobrança sem a incidência do teto reclamado, que restou expressamente revogado.

4. Apelação desprovida.

(PROCESSO: 08114612220194058300, AC - Apelação Cível - , DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA, 2ª Turma, JULGAMENTO: 12/02/2020, PUBLICAÇÃO:)

Destarte, a improcedência do feito é medida que se impõe.

III - DISPOSITIVO

Posto isso, denego a segurança pleiteada."

6. Das razões do pedido de reforma. Mérito recursal.**6.1. Da limitação do salário contribuição (base de cálculo) das contribuições parafiscais.**

Ao apreciar a demanda, o Juízo de primeira instância consignou que havia sido revogado o dispositivo legal que limita o máximo do salário de contribuição (base de cálculo) das contribuições parafiscais. Veja-se:

"(...) Isso porque o dispositivo legal que previa a limitação da base de cálculo a 20 (vinte) salários mínimos (artigo 4º da Lei nº 6.950/81) foi expressamente revogado pelo artigo 3º do Decreto-Lei nº 2.318/86. Para melhor compreensão da matéria, transcrevo os preceitos normativos em alusão:

Lei nº 6.950/81:

Art 4º - O limite máximo do salário-de-contribuição, previsto no art. 5º da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, é fixado em valor correspondente a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Parágrafo único - O limite a que se refere o presente artigo aplica-se às contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros.

Decreto-lei nº 2.318/86

Art 3º Para efeito do cálculo da contribuição da empresa para a previdência social, o salário de contribuição não está sujeito ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pelo art. 4º da Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981.

E nem se argumente, como pretende o impetrante, que a revogação alcançou apenas o caput do artigo 4º da Lei nº 6.950/81, porquanto não há como admitir que o parágrafo subsista quando a norma principal foi extinta. Afinal, é lição básica de hermenêutica que o parágrafo constitui norma acessória, destinada a explicar ou excepcionar a disposição principal contida no caput, não havendo como admitir sua existência dissociada do artigo correspondente.."

Ocorre que, com a devida vênia, o entendimento esposado pelo Juízo de primeira instância não corrobora com os fundamentos trazidos à análise.

Para tanto, rememore-se o que dispõe a legislação acerca da limitação do salário de contribuição (base de cálculo) das contribuições parafiscais.

A Lei nº 6.950/1981 estabeleceu em seu art. 4º, parágrafo único, estabeleceu limite máximo ao salário de contribuição, correspondente a 20 (vinte) vezes o valor do salário mínimo vigente, limitação que se aplica, inclusive, às contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros. Veja-se:

Art 4º - O limite máximo do salário-de-contribuição, previsto no [art. 5º da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976](#), é fixado em valor correspondente a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Parágrafo único - O limite a que se refere o presente artigo aplica-se às contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros.

Em 1986, o Decreto Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, dispôs em seu art. 3º que a contribuição da empresa para a previdência social, o salário de contribuição não está sujeito ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pelo [art. 4º da Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981](#). Confira-se:

Art 3º Para efeito do cálculo da contribuição da empresa para a previdência social, o salário de contribuição não está sujeito ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pelo [art. 4º da Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981](#).

Dessa forma, merece reforma o r. entendimento esposado na sentença, posto que a apelante não requereu, in casu, a limitação da base de cálculo das contribuições previdenciárias, como entendeu o Juízo de primeira instância.

Inclusive, para que não parem dúvidas, relembremos agora as contribuições parafiscais afetadas pela limitação sobredita.

6.2. Da base de cálculo da contribuição recolhida ao SEBRAE

Como visto em linhas pretéritas, o art. 8º, §3º, da Lei nº 8.029/90 definiu a base de cálculo da CIDE recolhida em benefício do Sebrae:

Art. 8º É o Poder Executivo autorizado a desvincular, da Administração Pública Federal, o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEBRAE, mediante sua transformação em serviço social autônomo.

()

§ 3º Para atender à execução das políticas de apoio às micro e às pequenas empresas, de promoção de exportações, de desenvolvimento industrial e de promoção do setor museal, fica instituído adicional às alíquotas das contribuições sociais relativas às entidades de que trata o [art. 1º do Decreto-Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986](#), de:

a) um décimo por cento no exercício de 1991;

b) dois décimos por cento em 1992; e

c) três décimos por cento a partir de 1993.

6.3. Da base de cálculo da contribuição recolhida ao INCRA

No caso da contribuição ao Incra, tal previsão fora originariamente prevista pela promulgação da Lei nº 2.631/55, com o objetivo de financiar o Serviço Social Rural. Houve demasiadas alterações legislativas, findando na estipulação da base de cálculo com o art. 15, II, da LC nº 11/71:

0

At. 15. Os recursos para o custeio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural provirão das seguintes fontes:

()

II - da contribuição de que trata o [art. 3º do Decreto-lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970](#), a qual fica elevada para 2,6% (dois e seis décimos por cento), cabendo 2,4% (dois e quatro décimos por cento) ao FUNRURAL.

6.4. Da base de cálculo do salário-educação

A contribuição relativa ao salário-educação foi instituída pelo art. 212, § 5º da Constituição Federal. Por sua vez, base de cálculo da mencionada contribuição foi estabelecida pelo art. 15 da Lei nº 9.424/96, da seguinte forma:

Art 15. O Salário-Educação, previsto no art. 212, § 5º, da Constituição Federal e devido pelas empresas, na forma em que vier a ser disposto em regulamento, é calculado com base na alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o total de remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, assim definidos no art. 12, inciso I, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

6.5. Da base de cálculo das contribuições recolhida ao SEST e SENAT:

Conforme disposto na Lei nº 8.706/1993, o Serviço Social de Transporte - SEST e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, têm atribuição legal a de atuar, respectivamente, na promoção social e na aprendizagem do trabalhador em transporte rodoviário e do transportador autônomo.

A arrecadação das contribuições que lhes são devidas, se faz perante as empresas de transporte rodoviário, incidentes sobre o montante da remuneração paga a todos os seus empregados e dos transportadores autônomos, em substituição às contribuições até então devidas ao SESI, SENAI, SESC e SENAC, na forma estabelecida pelo art. 7º da Lei 8.706/1993, o qual assim dispõe:

Art. 7º As rendas para manutenção do Sest e do Senat, a partir de 1º de janeiro de 1994, serão compostas:

I - pelas atuais contribuições compulsórias das empresas de transporte rodoviário, calculadas sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados e recolhidas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, em favor do Serviço Social da Indústria - SESI, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, que passarão a ser recolhidas em favor do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, respectivamente;

II - pela contribuição mensal compulsória dos transportadores autônomos equivalente a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), e 1,0% (um inteiro por cento), respectivamente, do salário de contribuição previdenciária;

7. Do precedente.

Quando da prolação da sentença, o Juízo de primeira instância fez constar em sua sentença uma jurisprudência que não corrobora com a tese sustentada e pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça. Isso porque a regra geral contida no art. 4º, parágrafo único da Lei nº 6.950/1981 permanece vigente até hoje, no que diz respeito à limitação ao máximo do salário de contribuição para as contribuições parafiscais.

Este, inclusive, é o entendimento firmado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça em reiteradas decisões. Confirmam-se:

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. INCRA E SALÁRIO-EDUCAÇÃO. LIMITE DA BASE DE CÁLCULO. HONORÁRIOS.

1. Os efeitos da coisa julgada atingem apenas os lançamentos administrativos objetos de apreciação judicial, não fazendo coisa julgada em relação a outros lançamentos, mesmo versando estes sobre a mesma matéria.

2. A base de cálculo das contribuições parafiscais recolhidas pelo INSS por conta de terceiros se submete ao limite de 20 salários-mínimos, por força do parágrafo único, do art. 4º da Lei 6.950/81. O art. 3º do Decreto-Lei nº 2.318/86 não logrou alterar tal limite, pois dispõe apenas sobre as contribuições sociais devidas pelo empregador diretamente à Previdência Social.

3. A fixação dos honorários advocatícios em 10% do valor da causa implica redução da verba honorária arbitrada pelo Juízo a quo. Sentença mantida, sob pena de reformatio in pejus" (fl. 270e).

(STJ, REsp 1.241.362, Rel. MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/11/2017)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 II, DO CPC. AUXÍLIO EDUCAÇÃO. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. CONVÊNIO SAÚDE. LIMITE DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ART. 515, DO CPC. VALORES PAGOS A TÍTULO DE ALUGUEIS DE IMÓVEIS PARA USO DE EMPREGADOS E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS. QUESTÕES FÁTICAS APRECIADAS PELA ORIGEM. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO DO § 2º, DO ART. 25, DA LEI N. 8.870/94. ENFOQUE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME DO TEMA NA VIA ESPECIAL.

1. Recursos especiais interpostos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e por Seara Alimentos S/A., com fulcro na alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal de 1988, contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região: EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DE PARTE DO APELO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. AGROINDÚSTRIA. DESPESAS COM ALUGUEL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS. LIMITE DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. AUXÍLIO EDUCAÇÃO. CONVÊNIO SAÚDE. DEPÓSITO RECURSAL. SUCUMBÊNCIA.

1. Não se conhece da parte do apelo que alega matéria não ventilada na exordial e, por isso, não foi analisada pela sentença. 2. São exigíveis as contribuições sociais sobre a folha de salários nos moldes do art. 22 da Lei nº 8.212/91 das empresas agro-industriais, dado que o § 2º do art. 25 da Lei nº 8.870/94 foi declarado inconstitucional pelo STF na ADIn nº 1.103/DF, de eficácia universal e extunc. 3. Não há como separar as atividades da Embargante em industriais e rurais, para fins de adoção de um regime tributário híbrido, por falta de amparo legal. 4. A habitação fornecida pelo empregador ao empregado somente não integra o salário-de-contribuição quando indispensável para a realização do trabalho. Inocorrência no presente caso. 5. A parcela referente ao seguro de vida em grupo paga pela empresa a totalidade dos seus empregados não sofre incidência de contribuições previdenciárias por não se caracterizar como remuneração. 6. Dispondo o § 2º do art. 3º da MP nº 794/94 que é vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados da empresa em periodicidade inferior a um semestre, correta a cobrança da contribuição sobre os valores pagos em desacordo com a lei. 7. Consoante já decidiu esta Turma, aplica-se o limite de 20 vezes o maior salário mínimo vigente no País para o salário de contribuição ao INCRA e ao salário-educação. 8. O auxílio educação pago pela Embargante aos seus funcionários, de forma eventual, para aqueles que estivessem frequentando cursos regulares de 2º e 3º graus, tem natureza tipicamente indenizatória, não se configurando como salário-de-contribuição. 9. A exigência de um período mínimo de trabalho na empresa não configura discriminação, a afastar a aplicação do disposto no art. 28, § 9º, alínea "t", da Lei nº 8.212/91. 10. O mesmo entendimento é aplicável às despesas com "convênio saúde", pois não se vislumbra na existência de regra sobre carência a descaracterização da aludida verba. 11. O direito à devolução do depósito recursal deve ser discutido em ação própria. 12. Considerando a sucumbência recíproca em partes iguais, cabível a compensação dos honorários advocatícios, na forma do art. 21, caput, do CPC. Recurso especial do INSS:

1. Não há violação do art. 535 II, do CPC. Embora o Tribunal de origem, ao lançar o voto condutor de fls. 909/918v., não tenha listados os dispositivos 21, I, da Lei n. 9.394/96, do CPC, 28, § 9º, "t", da Lei n. 8.212/91, 111, do CTN, 457, da CLT e 3º, do Decreto-Lei n. 2.318/86, examinou, ainda que implicitamente, a matéria neles contida.

2. É entendimento deste Tribunal de que os valores pagos aos empregados a título de seguro de vida em grupo e auxílio educação não integram o salário-de-contribuição. Nesse sentido, confira-se: - O auxílio-educação, embora contenha valor econômico, constitui investimento na qualificação de empregados, não podendo ser considerado como salário in natura, porquanto não retribui o trabalho efetivo, não integrando, desse modo, a remuneração do empregado. É verba empregada para o trabalho, e não pelo trabalho." (REsp 324.178-PR, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 17/12/2004).

- O entendimento da Primeira Seção já se consolidou no sentido de que os valores despendidos pelo empregador com a educação do empregado não integram o salário-de-contribuição e, portanto, não compõem a base de cálculo da contribuição previdenciária mesmo antes do advento da Lei n. 9.528/97. Recurso especial improvido. (REsp 371.088/PR, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 25/08/2006).

- O auxílio-educação não remunera o trabalhador, pois não retribui o trabalho efetivo, de tal modo que não integra o salário-de-contribuição, base de cálculo da contribuição previdenciária. (REsp 447.100/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 02/08/2006).

- Os valores pagos pela empresa diretamente à instituição de ensino, com a finalidade de prestar auxílio escolar aos seus empregados, não podem ser considerados como salário "in natura", pois não retribuem o trabalho efetivo, não integrando a remuneração. Trata-se de investimento da empresa na qualificação de seus empregados. (AgRg no REsp 328.602/RS, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 02/12/2002).

- "Tendo em vista a circunstância de que o seguro de vida em grupo é contratado pelo empregador em favor de grupo de empregados, sem individualização do montante que beneficia cada um deles, devem ser excluídos do conceito de 'salário' os valores pagos a esse título, de forma a afastar a incidência da contribuição previdenciária sobre tal verba" (REsp n. 701.802/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 22/02/2007).

- O valor pago pelo empregador por seguro de vida em grupo é atualmente excluído da base de cálculo da contribuição previdenciária em face de expressa referência legal (art. 28, § 9º, "p" da Lei 8212/91, com a redação dada pela Lei 9.528/97).

- O débito em cobrança é anterior à lei que excluiu da incidência o valor do seguro de vida mas, independentemente da exclusão, por força da interpretação teleológica do primitivo art. 28, inciso I, da Lei 8212/91, pode-se concluir que o empregado nada usufrui pelo seguro de vida em grupo, o que descarta a possibilidade de considerar-se o valor pago, se generalizado para todos os empregados, como sendo salário-utilidade. (REsp 695.724/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 16/05/2006).

2. Na mesma linha de pensar acima destacada, consoante interpretação do art. 28, da Lei n. 8.212/91, as parcelas recebidas pelos empregados referente ao "convênio de saúde", não se enquadra nos pressupostos exigidos para se caracterizar como verba de natureza remuneratória.

3. No período do lançamento que se discute nos autos, tem aplicação o art. 4º, parágrafo único, da Lei n. 6.950/81, que limita o recolhimento do salário-de-contribuição de vinte vezes o valor do salário-mínimo para o cálculo da contribuição de terceiros.

4. *Apelo especial do INSS não provido.*

Recurso especial da empresa:

1. Se o acórdão recorrido não enfrenta a matéria do art. 515, do CPC, tem-se como não-suprido o requisito do prequestionamento, incidindo o óbice da Súmula 211/STJ.

2. Não há violação do art. 535, do CPC, quando o julgador apresenta fundamento jurídico sobre a matéria apontada como omissa, muito embora não tenha adotado a tese de direito ventilada pela parte.

3. O TRF da 4ª Região, sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre as parcelas recebidas pelos empregados a título de participação nos lucros e despesas com aluguel, decidiu a questão amparado nos elementos fáticos dos autos. Nesse particular, incide a Súmula n. 7/STJ.

4. A matéria do § 2º, do art. 25, da Lei n. 8.870/94 não pode ser revista na via eleita, porquanto recebeu tratamento eminentemente constitucional, com suporte no entendimento firmado pelo STF no julgamento da ADI n. 1.103/DF. Nesse sentido, registro: não há falar em sujeição da Embargante à contribuição do art. 25 da Lei n.º 8.870/94, a qual é exigida da empresa exclusivamente rural. A extensão de exigibilidade da contribuição às empresas agro-industriais foi objeto do parágrafo segundo do mencionado dispositivo, o qual foi julgado inconstitucional pelo STF na ADIn n.º 1.103/DF, com efeitos erga omnis.

5. Recurso especial da empresa parcialmente conhecido e não-provido"

(STJ, REsp 953.742/SC, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 10/03/2008).

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DEVIDA A TERCEIROS. LIMITE DE VINTE SALÁRIOS MÍNIMOS. ART. 40 DA LEI 6.950/1981 NÃO REVOGADO PELO ART. 30 DO DL 2.318/1986. INAPLICABILIDADE DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DA FAZENDA NACIONAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Com a entrada em vigor da Lei 6.950/1981, unificou-se a base contributiva das empresas para a Previdência Social e das contribuições parafiscais por conta de terceiros, estabelecendo, em seu art. 40., o limite de 20 salários-mínimos para base de cálculo. Sobreveio o Decreto 2.318/1986, que, em seu art. 30., alterou esse limite da base contributiva apenas para a Previdência Social, restando mantido em relação às contribuições parafiscais.

2. Ou seja, no que diz respeito às demais contribuições com função parafiscal, fica mantido o limite estabelecido pelo artigo 40., da Lei no 6.950/1981, e seu parágrafo, já que o Decreto-Lei 2.318/1986 dispunha apenas sobre fontes de custeio da Previdência Social, não havendo como estender a supressão daquele limite também para a base a ser utilizada para o cálculo da contribuição ao INCRA e ao salário-educação.

3. Sobre o tema, a Primeira Turma desta Corte Superior já se posicionou no sentido de que a base de cálculo das contribuições parafiscais recolhidas por conta de terceiros fica restrita ao limite máximo de 20 salários-mínimos, nos termos do parágrafo único do art. 40., da Lei 6.950/1981, o qual não foi revogado pelo art. 30. do DL 2.318/1986, que disciplina as contribuições sociais devidas pelo empregador diretamente à Previdência Social. Precedente: REsp. 953.742/SC, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJe 10.3.2008.

4. Na hipótese dos autos, não tem aplicação, na fixação da verba honorária, os parâmetros estabelecidos no art. 85 do Código Fux, pois a legislação aplicável para a estipulação dos honorários advocatícios será definida pela data da sentença ou do acórdão que fixou a condenação, devendo ser observada a norma adjetiva vigente no momento de sua publicação.

5. Agravo Interno da FAZENDA NACIONAL a que se nega provimento.

(STJ, REsp 1.570.980/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/03/2020).

O julgado acima referenciado do STJ, expressamente decide pela manutenção da limitação do salário de contribuição (base de cálculo) para as contribuições para terceiros.

Inclusive, cumpre mencionar que o precedente do STJ já vem sendo aplicado por outros Juízos de primeira instância. Vejamos:

PROCESSO Nº: 0800368-16.2020.4.05.8401 - MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

IMPETRANTE: J PATRICIO METAIS COMERCIO LTDA

ADVOGADO: Vanildo Cunha Fausto De Medeiros

IMPETRADO: FAZENDA NACIONAL

10ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL TITULAR)

(...)

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, CONCEDO PARCIALMENTE a segurança pleiteada para acolher os pedidos:

a) para determinar que haja a arrecadação por parte do autor, das contribuições parafiscais (INCRA, SEBRAE, APEX, ABDI, SESI, SENAI, SESC, SENAC, SENAT - e salário educação) com salário de contribuição (base de cálculo) limitada ao máximo de 20 (vinte) vezes o valor do salário mínimo vigente, conforme a limitação disposta pelo art. 4º, parágrafo único da Lei nº

6.950/81;

b) reconhecer o direito do demandante a compensar os valores recolhidos a maior das contribuições recolhidas por conta de terceiros referentes aos 5 anos anteriores ao ajuizamento desta ação, corrigidos pela taxa SELIC, por meio de processo administrativo, após o trânsito em julgado desta sentença, nos termos do art. 165 do CTN, art. 74, da Lei n.º 9.430/96 e do art. 39, § 4º, da Lei n.º 9.250/95.

Pois bem, considerado a fundamentação legal acima referenciada, bem como o posicionamento pacífico emanado pelo E. STJ, constata-se que o apelado age em desacordo com as limitações, quando deixa de observar o limite máximo do salário de contribuição (base de cálculo) das contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros.

7. Do requerimento.

Diante do exposto, vem a Recorrente, mui respeitosamente, por intermédio dos seus advogados que ao final assinam, à presença desta Corte, requerer que se dignem em:

a) reforma a sentença vergastada para o fim de conceder a segurança pleiteada na exordial, no sentido de permitir que a Impetrante realize a arrecadação das contribuições para-fiscais (INCRA, SEBRAE, APEX, ABDI, SESI, SENAI, SESC, SENAC, SENAT - e salário educação) com salário de contribuição (base de cálculo) limitada ao máximo de 20 (vinte) vezes o valor do salário mínimo vigente, consoante limitação imposta pelo art. 4º, parágrafo único da Lei nº 6.950/1981, suspendendo-se, nos termos do art. 151, inciso IV, do CTN, a exigibilidade dos débitos vincendos que vierem a deixar de ser recolhidos;

b) condenar a União Federal ao apagamento de honorários sucumbenciais observada a metodologia do art. 85, § 3º, do CPC.

Nestes Termos,

Pede e Confia Deferimento."

[2]"SENTENÇA

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÕES AO INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE e FNDE. ART. 4º DA LEI Nº 6.950/1981. LIMITE MÁXIMO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. REVOGAÇÃO EXPRESSA PELO DECRETO Nº 2.138/1986. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela JMT SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA -ME em face do DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, objetivando provimento jurisdicional que lhe assegure o direito de arrecadar as contribuições para-fiscais (INCRA, SEBRAE, APEX, ABDI, SESI, SENAI, SESC, SENAC, SENAT - e salário educação) com salário de contribuição (base de cálculo) limitada ao máximo de 20 (vinte) vezes o valor do salário mínimo vigente, consoante limitação imposta pelo art. 4º, parágrafo único da Lei nº 6.950/1981, suspendendo-se, nos termos do art. 151, inciso IV, do CTN, a exigibilidade dos débitos vincendos que vierem a deixar de ser recolhidos.

Sustenta o impetrante, em síntese, que **a)** está sujeita à incidência de vários tributos e obrigações tributárias; **b)** dentre as suas obrigações tributárias, estão as contribuições ao INCRA, SEBRAE, APEX, ABDI, SESI, SENAI, SESC, SENAC, SENAT - e salário educação; **c)** tais contribuições devem ter sua base de cálculo limitada ao valor de vinte salários mínimos, nos termos do art. 4º, § único, da Lei nº 6.950/81.

Juntaram documentos eletronicamente.

O pleito liminar foi indeferido.

A autoridade coatora se manifestou, pugnando pela improcedência do pedido.

O Ministério Público Federal apresentou opinando pela denegação da segurança.

Vieram-me os autos conclusos. Decido.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Analisando o caso, constato que a pretensão da empresa impetrante não merece ser acolhida.

Isso porque o dispositivo legal que previa a limitação da base de cálculo a 20 (vinte) salários mínimos (artigo 4º da Lei nº 6.950/81) foi expressamente revogado pelo artigo 3º do Decreto-Lei nº 2.318/86. Para melhor compreensão da matéria, transcrevo os preceitos normativos em alusão:

Lei nº 6.950/81:

Art 4º - O limite máximo do salário-de-contribuição, previsto no [art. 5º da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976](#), é fixado em valor correspondente a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Parágrafo único - O limite a que se refere o presente artigo aplica-se às contribuições para-fiscais arrecadadas por conta de terceiros.

Decreto-lei nº 2.318/86

Art 3º Para efeito do cálculo da contribuição da empresa para a previdência social, o salário de contribuição não está sujeito ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pelo [art. 4º da Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981](#).

E nem se argumente, como pretende o impetrante, que a revogação alcançou apenas o caput do artigo 4º da Lei nº 6.950/81, porquanto não há como admitir que o parágrafo subsista quando a norma principal foi extinta. Afinal, é lição básica de hermenêutica que o parágrafo constitui norma acessória, destinada a explicar ou excepcionar a disposição principal contida no caput, não havendo como admitir sua existência dissociada do artigo correspondente.

É exatamente nessa linha intelectual que se posiciona a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Confira-se:

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÕES AO INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE e FNDE. ART. 4º DA LEI Nº 6.950/1981. LIMITE MÁXIMO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. REVOGAÇÃO EXPRESSA PELO DECRETO Nº 2.138/1986. DESPROVIMENTO DO APELO.

1. Cuida-se de apelação em face de sentença denegatória, proferida em sede de mandado de segurança, impetrado com o fito de suspender a exigibilidade do crédito tributário referente às Contribuições de Terceiros (contribuições ao INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE e FNDE - Salário-Educação), no que exceder a base de cálculo de vinte salários-mínimos, nos termos do disposto no artigo 4º da Lei nº 6.950/1981.

2. Não merece prosperar a irresignação do contribuinte, dado que o legislador do Decreto-lei nº 2.318, de 30.12.1986, cuidou de revogar expressamente o teto limite de incidência da contribuição em apreço. É dizer: revogou a disposição normativa que limitava a contribuição da empresa ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pela Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981.

3. A bem da verdade, a interpretação sistemática dos artigos 1º e 3º, do apontado Decreto-lei, não deixa dúvida de que a intenção do legislador foi mesmo a de extinguir, tanto para a contribuição da empresa, quanto para as contribuições em favor de terceiros, o limite de vinte vezes o valor do salário mínimo, passando, as ditas contribuições, a incidirem sobre o total da folha de salários, decorrendo daí a legalidade da cobrança sem a incidência do teto reclamado, que restou expressamente revogado.

4. Apelação desprovida.

(PROCESSO: 08114612220194058300, AC - Apelação Cível -, DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA, 2ª Turma, JULGAMENTO: 12/02/2020, PUBLICAÇÃO:)

Destarte, a improcedência do feito é medida que se impõe.

III - DISPOSITIVO

Posto isso, **denego a segurança pleiteada.**

Custas na forma da Lei.

Sem honorários sucumbenciais (art. 25, da Lei n.º 12.016/2009 e Súmulas 512/STF e 105/STJ).

Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Registre-se. Intimem-se.

MONIKY MAYARA COSTA FONSECA - Magistrado"

VOTO

O Exmo. Desembargador Federal Alexandre Luna Freire (Relator):

A Pretensão do Impetrante, ora Apelante, está de acordo com o entendimento da Primeira Turma do TRF-5ª Região, no sentido "de que o limite máximo de 20 (vinte) salários mínimos, nos termos do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 6.950/81 não foi revogado pelo art. 3º do DL nº 2.318/86, no que diz respeito às contribuições com função parafiscal, a exemplo das destinadas a entidades do Sistema S", conforme decidido nos autos da Apelação Cível 08229369020194058100, da Relatoria do Exmo. Desembargador Federal Elio Wanderley de Siqueira Filho, julgado na Sessão de 30.06.2020:

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÕES PARAFISCAIS (SESC, SENAC, SEBRAE, INCRA E SALÁRIO EDUCAÇÃO). LIMITAÇÃO DE 20 (VINTE) SALÁRIOSMÍNIMOS. LEI Nº 6.950/81. REVOGAÇÃO DO ART. 4º, CAPUT, PELO DECRETO-LEI Nº 2.318/86, EM RELAÇÃO ÀS CONTRIBUIÇÕES PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. COMPENSAÇÃO. APELAÇÃO PROVIDA.

1. Discute-se, na ação mandamental, se o art. 3º do Decreto-lei nº 2.318/86 teria revogado apenas o caput do art. 4º da Lei nº 6.950/81, de modo que, mantendo-se íntegro o disposto no seu parágrafo único, a **limitação** máxima de 20 (vinte) **saláriosmínimos** continuaria a incidir para as contribuições de natureza parafiscal (a exemplo das destinadas às entidades do Sistema S, que tem natureza de contribuição de intervenção no domínio econômico).

2. Pelo que depreende dos autos, a tese da impetrante está apoiada em precedentes deste Tribunal e da Corte Uniformizadora, que se posicionam no sentido de que o referido limite máximo não foi revogado, no que diz respeito às contribuições com função parafiscal, a exemplo daquelas destinadas a entidades do Sistema S.

3. A Lei nº 6.950/81, em seu art. 4º, estabeleceu a unificação das bases de cálculo das contribuições previdenciárias e das destinadas a entidades terceiras, fixando o limite máximo de 20 (vinte) **saláriosmínimos**. O Decreto-lei nº 2.318/86, no seu art. 3º, alterou o art. 4º, caput, da Lei nº 6.950/81, alcançando, apenas, as contribuições (custeio) para a Previdência Social, considerando que o parágrafo único do referido artigo não foi alterado, mantendo-se, por isso, a **limitação** para as contribuições parafiscais.

4. A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, em recente julgamento, no AgInt no REsp nº 1.570.980/SP (julgado em 17/02/2020), interpretando a legislação federal sobre o tema, definiu o seguinte "O Decreto 2.318/1986, em seu art. 3º, alterou o limite da base contributiva apenas para a Previdência Social, restando mantido em relação às contribuições parafiscais. Ou seja, no que diz respeito às demais contribuições com função parafiscal, fica mantido o limite estabelecido pelo artigo 4º da Lei nº 6.950/81, e seu parágrafo, já que o Decreto-Lei 2.318/86 dispunha apenas sobre fontes de custeio da Previdência Social, não havendo como estender a supressão daquele limite também para a base a ser utilizada para o cálculo da contribuição ao INCRA e ao salário-educação".

5. Nesse sentido, os seguintes precedentes deste Tribunal: Apelação Cível nº 0818666-23.2019.4.05.8100, Relator: Desembargador Federal GUSTAVO DE PAIVA GADELHA (Convocado), 3ª Turma, Data de Julgamento: 17/03/2020; e Apelação / Reexame Necessário nº 0823682-55.2019.4.05.8100, Relator: Desembargador Federal ROBERTO MACHADO, Data de Julgamento: 08/05/2020.

6. Em relação à compensação, tratando-se de mandado de segurança, incide a tese fixada pelo STJ, no Tema 118, que estabeleceu 2 (duas) premissas: "(a) tratando-se de mandado de segurança impetrado com vistas a declarar o direito à compensação tributária, em virtude do reconhecimento da ilegalidade ou inconstitucionalidade da anterior exigência da exação, independentemente da apuração dos respectivos valores, é suficiente, para esse efeito, a comprovação cabal de que o impetrante ocupa a posição de credor **tributário**, visto que os comprovantes de recolhimento indevido serão exigidos posteriormente, na esfera administrativa, quando o procedimento de compensação for submetido à verificação pelo Fisco; e (b) tratando-se de mandado de segurança com vistas a obter juízo específico sobre as parcelas a serem compensadas, com efetiva alegação da liquidez e certeza dos créditos, ou ainda, na hipótese em que os efeitos da sentença supõem a efetiva homologação da compensação a ser realizada, o crédito do contribuinte depende de quantificação, de modo que a inexistência de comprovação suficiente dos valores indevidamente recolhidos representa a ausência de prova pré-constituída indispensável à proposição da ação mandamental".

7. Destarte, na hipótese dos autos, a declaração de compensação deve se dar nos termos da primeira hipótese delineada no *leading case*, com a aplicação da regra inserta no art. 170-A do CTN, respeitada a prescrição quinquenal, e a incidência da Taxa Selic, para a atualização monetária do indébito.

8. *Apelação provida.*"

ISTO POSTO, dou Provimento à Apelação para assegurar o Direito da Impetrante, ora Apelante, ao recolhimento das contribuições para-fiscais destinadas a terceiros (SALÁRIO EDUCAÇÃO, INCRA, SENAC, SESC e SEBRAE), com observância do limite de 20 (vinte) salários mínimos, e Compensação com aplicação da regra prevista no art. 170-A do CTN, respeitada a Prescrição Quinquenal, e a incidência da Taxa Selic, para a atualização monetária do indébito.

É o meu Voto.

PSM/MJSB

E M E N T A

APELAÇÃO. TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÕES PARAFISCAIS (SESC, SENAC, SEBRAE, INCRA E SALÁRIO EDUCAÇÃO). LIMITAÇÃO DE 20 (VINTE) SALÁRIOS MÍNIMOS. PROVIMENTO DA APELAÇÃO.

I - Trata-se de Apelação em face de Sentença proferida pelo Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, que denegou a Segurança em que a Impetrante pretende "*provimento jurisdicional que lhe assegure o direito de arrecadar as contribuições para-fiscais (INCRA, SEBRAE, APEX, ABDI, SESI, SENAI, SESC, SENAC, SENAT - e salário educação) com salário de contribuição (base de cálculo) limitada ao máximo de 20 (vinte) vezes o valor do salário mínimo vigente, consoante limitação imposta pelo art. 4º, parágrafo único da Lei nº 6.950/1981, suspendendo-se, nos termos do art. 151, inciso IV, do CTN, a exigibilidade dos débitos vincendos que vierem a deixar de ser recolhidos*".

II - A Pretensão da Impetrante, ora Apelante, está de acordo com o entendimento da Primeira Turma do TRF-5ª Região, no sentido "*de que o limite máximo de 20 (vinte) salários mínimos, nos termos do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 6.950/81 não foi revogado pelo art. 3º do DL nº 2.318/86, no que diz respeito às contribuições com função para-fiscal, a exemplo das destinadas a entidades do Sistema S*", conforme decidido nos autos da Apelação Cível 08229369020194058100, da Relatoria do Exmo. Desembargador Federal Elio Wanderley de Siqueira Filho, julgado na Sessão de 30.06.2020

III - Provimento da Apelação.

A C Ó R D ã O

Vistos e relatados estes autos em que são Partes as acima indicadas, decide a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, dar Provimento à Apelação, nos termos do Relatório, do Voto do Relator e das Notas Taquigráficas constantes dos autos, integrantes do presente Julgado.

Recife, 29 de Outubro de 2020 (Data do Julgamento).

Desembargador Federal ALEXANDRE LUNA FREIRE

Relator



Processo: **0801473-31.2020.4.05.8400**

Assinado eletronicamente por:

ALEXANDRE LUNA FREIRE - Magistrado

Data e hora da assinatura: 04/11/2020 11:12:58

Identificador: 4050000.23234432



20110312253120500000023195032

Para conferência da autenticidade do documento:

<https://pje.trf5.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

